

Nota à Comunicação Social n.º 02/2017
23 JAN 17 | 14h47

CONSULTA PÚBLICA

Projeto Sobreequipamento do Parque Eólico de Testos – AIA 2933

Determinados projetos que, pela sua natureza, dimensão ou localização, sejam suscetíveis de provocar efeitos significativos no Ambiente, estão sujeitos a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), prévio ao licenciamento.

A Avaliação de Impacte Ambiental é um instrumento preventivo fundamental da política de ambiente e do ordenamento do território, constituindo uma forma privilegiada de promover o desenvolvimento sustentável, promovendo a gestão equilibrada dos recursos naturais e proteção da qualidade do Ambiente e, deste modo, contribuindo para a qualidade de vida das populações. Das várias fases deste procedimento de AIA, destacam-se a apreciação técnica do Estudo de Impacte Ambiental e a Consulta Pública.

A Consulta Pública tem como principal objetivo proporcionar uma alargada participação das entidades e cidadãos interessados na apreciação do projeto, antes de este ser licenciado.

O projeto acima mencionado está sujeito a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 151-B/2014.

Informa-se que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), cujo proponente é **EDP Renováveis Portugal, S.A.**, encontra-se disponível para ser consultado, durante **20 dias úteis, de 19 de janeiro a 15 de fevereiro de 2017**, nos seguintes locais:

- **Agência Portuguesa do Ambiente.**
- **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.**
- **Câmara Municipal de Lamego.**
- **Câmara Municipal de Castro Daire.**

O EIA está, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em participa.pt.

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e apreciadas todas as exposições apresentadas por escrito, desde que relacionadas especificamente com o projeto em análise. Essas exposições deverão ser dirigidas ao Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente até à data do termo da Consulta Pública.

O licenciamento (ou a autorização) do projeto só poderá ser concedido após Declaração de Impacte Ambiental Favorável ou Condicionalmente Favorável, emitida pela Autoridade de AIA ou pelo Secretário de Estado do Ambiente, ou decorrido o prazo para a sua emissão.

Os interessados gozam da possibilidade de impugnação administrativa, através de reclamação ou recurso hierárquico, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, e contenciosamente, nos termos do

Código de Processo dos Tribunais Administrativos, de qualquer decisão, ato ou omissão ao disposto no decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro.

###



RELATÓRIO DO ESTADO DO AMBIENTE

saber mais para agir melhor
disponível em rea.apambiente.pt



Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
Ap.7585 | 2610-124 Amadora | Portugal
Telefone: (+351) 21 472 83 11 | Fax: (+351) 21 471 90 74 | TM: 96 152 82 20
media@apambiente.pt